

O PAPEL DA GESTÃO NA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: A PRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

DANIELLE CONCEIÇÃO

Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, danielleconceicao@gmail.com;

MARIA EDUARDA DUCA

Graduada do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, eduarda.duca@ufpe.br;

PAULA EDUARDA NUNES

Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, paulaeduardan@gmail.com.

RESUMO

A educação infantil é o começo de toda trajetória educacional que aquele/a indivíduo/a deverá percorrer na educação em seu país. Diante disso, com o intuito de ampliar o debate referente à Lei 11.645/08, a pesquisa se propõe a verificar, em uma creche infantil, quais políticas foram adotadas para explicar às suas crianças a historicidade e cultura afro-brasileira e indígena. Para isso, a metodologia utilizada foi de natureza aplicada, com o objetivo de uma pesquisa descritiva, por entender que expor os caminhos que essa creche perpetua, explicita suas perspectivas e compreensões para/com seus pequenos estudantes. Logo, os resultados foram promissores ao apresentar políticas relevantes dentro desse espaço para o início da compreensão sobre “O eu, o outro e o nós”, buscando o respeito e familiaridade como caminho. Colocando assim, o eurocentrismo como coadjuvante na história brasileira, e destacando o que de fato existe no cotidiano do nosso país e na realidade dele.

Palavras-chave: Gestão; Educação Infantil; Antiracismo.

1. INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular transformou as áreas de conhecimentos que eram utilizadas tradicionalmente na educação infantil (linguagens, matemática, ciências humanas e da natureza) em campos de experiências, que possuem uma abordagem pedagógica interdisciplinar. Assim, ficou mais fácil atribuir sentido prático aos conteúdos ensinados. O campo de experiência abordado com mais ênfase na pesquisa é “O eu, o outro e o nós”, esse campo é intimamente ligado ao autoconhecimento e a criação de relações sociais baseada na consciência cidadã e no respeito. Esse campo aborda ainda a convivência da criança com outras crianças, a convivência da criança com adultos e a percepção da criança do contexto social em que ela está inserida. Portanto, na prática da sala de aula o educador deve levar as crianças ao contato com outro, é a partir desse contato que surgem os conflitos que servem para entender e descobrir novas formas de agir para/com o outro.

Segundo as teorias antropológicas e sociológicas dos anos de 1800, cada grupo de indivíduos diferenciados pela sua raça, ou seja, seus aspectos físicos, como a cor, deveriam ultrapassar estágios de organização social e cultural, que iam dos mais simples aos mais avançados. Negros e indígenas, por exemplo, eram considerados “inferiores”, além de não ter uma convivência de igualdade com os brancos ao passar dos anos.

Para chegarmos à concepção que se tem atualmente sobre a situação dos negros e indígenas no Brasil, é preciso que se compreenda o processo de colonização, seus pressupostos e paradigmas enquanto um processo social, cultural e histórico, que resulta em estereótipos que sustentam preconceitos e discriminação, sendo essas consequências da colonização e também da abolição.

Partindo dessa análise, a Lei 11.645/08 determina que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e indígena deverão ser abordados ao longo de todo o currículo escolar, com ênfase nas áreas de Artes, Literatura e História. Porém ao ser mal interpretada e trabalhada, a Lei 11.645/08 pode acabar por contribuir com a segregação do negro e indígena na sociedade, pois a pretensão não é trabalhar o negro e indígena como diferente, de forma folclorizada, e sim de acordo com as propostas de respeito a diversidade.

“Não é suficiente que a diversidade esteja presente apenas nos currículos, é preciso que ela seja contemplada nas práticas pedagógicas. Além disso, não deve ser vista

como um tema ou uma disciplina isolada, e sim como uma coordenada que orienta a vivência e convivência escolar.” (KACZMAREK E SANDINI, 2010, p. 116)

Sendo assim, a Lei contribui para que a população negra e indígena tenha o mesmo direito de acesso à educação e sobretudo de permanência nela, contribuindo para uma educação com equidade e multiculturalidade, e para uma expansão do conhecimento que rompe com a lógica eurocêntrica e etnocêntrica já estabelecidas.

Compreendendo os processos que se dão atualmente sobre a execução da Lei 11.645/08 nas escolas e a necessidade de uma pedagogia antirracista desde a creche, a fim de contribuir para a equidade multicultural brasileira, buscamos trazer qual é a concepção da gestão de educação antirracista na escola e quais os movimentos que tem sido apresentados para a efetivação dessas construções em práticas antirracistas com crianças.

Diante disso, como objetivo geral definiu-se verificar as atividades propostas pela gestão que reconhecem, afirmam e estabelecem a Lei 11.645/08 no ambiente escolar. Como desdobramento, os objetivos específicos são: 1) Compreender quais reflexões sobre o racismo e seus derivados estão sendo aplicadas no cotidiano escolar; 2) Identificar quais ações possibilitaram o fortalecimento do autoconceito de alunos e alunas através da diversidade cultural.

2. MARCO TEÓRICO

2.1 Educação Antirracista no Brasil

A implementação da Lei 11.645/08 chega no Brasil para ultrapassar os limites de projetos burocratizados e criados de maneira isolada dentro das escolas, geralmente associados a datas comemorativas. Ou ainda, para tentar vencer os “silenciamentos dos conflitos raciais no cotidiano escolar e na dinâmica curricular” (BERNARDO & MACIEL, 2013. p. 192), sobretudo no que diz respeito aos delineamentos que são dados nas discussões sobre o racismo, no Brasil. Prática que invalida e/ou deturpa as práticas discriminatórias e “banaliza o ato racista em favor do agressor” (BERNARDO & MACIEL, 2013. p. 192).

No Brasil, a população negra cresce na mesma proporção em que se mantém invisibilizada e oculta, lutando por participação ativa na sociedade. O que nos faz lançar olhar sobre as pesquisas científicas que trazem

à luz a temática da existência do racismo. Munanga (2000), explica que o racismo nasce a partir da “[...] crença na existência das raças humanas naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (p. 24) e em seguida, essa crença se traduz em doutrina, a partir do momento em que essas diferenças são assentadas nas qualidades morais, psicológicas, físicas ou intelectuais, hierarquizando um gradiente de “preferências e gostos instruídos pela ideia de raça e superioridade racial, seja no plano moral, estético, físico ou intelectual” (Guimarães, 2004, p. 17 apud BERNARDO & MACIEL, 2013. p. 194).

Bernardo e Maciel (2013), afirma ainda que esses questionamentos sobre a existência do racismo no Brasil, muitos estão presentes nas investigações acadêmicas. No entanto, em algumas ainda é possível encontrar a surpreendente crença na inexistência simbólica dessa violência (racismo), uma das razões que levou o estudioso Munanga, solicitar à UNESCO, pesquisar o Brasil para entender melhor esses corpos de atitude, crenças e doutrinas.

No intento de reforçar espaços de discussões e elaborações de ideias que sustentam comportamentos concretos de implementação às práticas antirracistas, na UFPE, foi criada, em 2012, a disciplina Educação e Relações Etnorraciais no Brasil, mesmo que na condição de disciplina eletiva e com carga horária de 60 horas. Esta, foi criada e ofertada por uma professora do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, do Centro de Educação da UFPE e a primeira disciplina no currículo do curso de Pedagogia a abordar a especificidade da educação das relações etnorraciais de forma aprofundada em toda a sua carga-horária (SOUZA, SANTOS e CABRAL, 2018. p.2).

Esse componente curricular, traz como proposta de ensino elementos de discussões, inusitados, introduzindo de maneira inovadora, por exemplo, o debate sobre o:

“mito da democracia racial e as suas consequências para as relações no Brasil; a teoria do embranquecimento e as implicações para a construção e afirmação das identidades raciais; o continente africano, representações, reinos, produções culturais e científicas de diferentes países da África, sobre o conceito de preconceito racial, discriminação racial e as implicações do racismo no espaço escolar”. (SOUZA, SANTOS e CABRAL, 2018. p.2).

Essas discussões revelam consequências de abandono e de desigualdade que exigem reparações históricas, evidenciando que até hoje, brancos e negros compartilham a sociedade de maneira complexa e com disparidades que estão engendradas em dimensões ideológicas e políticas. Moura (2009), aponta, portanto, que é inclusive uma condição para que se construa uma sociedade com noções de justiça, a apropriação intelectual da sociedade a respeito das condições de desigualdades no Brasil, desconstruindo a naturalização dessa realidade:

“[...] para que tenhamos uma sociedade mais justa e democrática é necessário desconstruir a naturalização da desigualdade. [...] a pobreza no Brasil tem cor, indicando como um dos principais determinantes da pobreza a desigualdade racial, considerado pelo mesmo como o maior problema estrutural do nosso país” (MOURA, 2009. p.43).

Nessa direção, compreendemos, portanto, que é papel de toda sociedade e de todo professor(a) se comprometer com uma educação que promova um diálogo intercultural, respeitando e valorizando as diferenças, tornando a escola um espaço social privilegiado para respeitar a diferença e tomá-la como objeto de estudo numa perspectiva social e pedagógica que contemple uma prática inclusiva e rompa com modelos homogeneizadores.

A mesma autora, sugere ainda que a escola precisa se apropriar sobre quem são seus integrantes, quais suas características, o que têm em comum, como constroem as suas identidades sociais.

“Como os(as) professores(as) e demais profissionais da educação contribuem para a construção de sua identidade étnico-racial? O que os(as) professores(as) de Língua Portuguesa precisam compreender sobre essas práticas discursivas para contribuir com uma didática da língua portuguesa que promova aprendizagens significativas para aquele segmento da população?” (MOURA, 2009).

Esses questionamentos abrirão janelas que conduzirão a escola a participarem ativamente de discussões, colaborando na construção de discursos assentados em noções de emancipação, justiça, identidade e igualdade, dentro e fora da sala de aula. Prática que reverbera do ambiente escolar para a sociedade.

2.2 Uma Gestão Democrática e Antirracista

A necessidade de uma prática de gestão não autoritária e centralizada faz-se necessário no ambiente escolar, pois relações autoritárias que se estabelecem no âmbito escolar, não permitem o pleno desenvolvimento da comunidade escolar, proporcionando um impacto forte no decorrer do processo de escolarização. A ausência de espaços para discutir, questionar, pensar e/ou fazer parte dos processos, inibe a criatividade, o senso de participação e o comprometimento. Essa perspectiva de afetividade tem base no ponto de vista freiriano, onde o diálogo e a afetividade têm sentido pleno.

Souza (2009) interpreta a gestão democrática a partir da participação de toda comunidade escolar desde os planejamentos até solução de problemas, ocorrendo essa participação coletiva através do diálogo sem deixar de distinguir as funções que cada sujeito tem dentro da escola.

“A gestão democrática pode ser caracterizada como um mecanismo que se materializa a partir de três dimensões” (ESQUINSANI; DAMETTO, 2018 p.6) a primeira dimensão é a presença, ampliação e qualificação de fóruns decisórios, que se caracteriza efetivamente pela construção de conselhos escolares, grêmios estudantis, associação de pais e mestres, entre outros. A segunda dimensão é o respeito pela comunidade escolar e seus sujeitos, a qual está ligada ao processo de autonomia, valorização dos professores e sua descentralização. E a terceira é o controle social, onde o processo de transparência, competência e rendimento das ações e dos recursos ocorre.

Para a discussão desse projeto abordaremos a segunda dimensão, a qual discute uma prática de gestão mais diversificada, respeitosa e defensora das diversas manifestações culturais. Uma gestão democrática é coletiva, composta por todos os servidores da instituição, porque é a partir do diálogo entre esses sujeitos que projetos, como de relações étnico-raciais podem ser construídos.

Além de ser papel da gestão promover a valorização e respeito às diferenças raciais da população, uma gestão democrática necessita atender as demandas da comunidade escolar e nunca seus objetivos individuais. A ausência de atividades voltadas para a população negra ou indígena dentro do ambiente escolar, ou até mesmo a naturalização de manifestações racistas, é extremamente comum. Garcia-Filice (2011) apontou, em sua pesquisa, empecilhos que a gestão das escolas coloca para não trabalhar com a temática em sala de aula, como formação de

professores, material didático, e até mesmo desinformação da própria legislação. Concluindo, que a grande dificuldade a partir dos depoimentos coletados foi de que “na maioria das escolas, não são percebidas a discriminação e o preconceito racial. É visível o mito da democracia racial, dificultando o desenvolvimento de ações nesse sentido.” (GARCIA-FILICE, 2011, p. 197).

Práticas engessadas, traz consigo, cidadãos alienados, o que é bom para a política neoliberalista, seres que não pensam, são mais manipuláveis, aceitam de bom grado o que é recebido, não questiona, naturaliza a violência ou práticas contraditórias. Por não serem instruídos ao longo de sua escolaridade, viram massa de manobra, que em conceito se diria, exército industrial de reserva. A “universalização” de acesso não representou, garantia de permanência.

Pensar em uma escola verdadeiramente democrática é combater qualquer tipo de violência e preconceito, porque a escola deve ser um ambiente de entendimento do mundo e da sua diversidade, além de construir na criança a sua criticidade e autonomia, para que assim mudanças sociais possam ser efetivas no futuro. Rodrigues (2011) afirma que “a gestão da diversidade racial transforma o ambiente escolar em um espaço de construção da autonomia e, sobretudo, da cidadania calcada pela participação e deliberação coletiva”.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Compreendendo quais reflexões sobre o racismo e seus derivados estão sendo aplicadas no cotidiano escolar

No espaço escolhido para estudo, foram elaborados cadernos educativos pelos profissionais da instituição, no intuito de explorar temáticas que merecem um olhar para além do currículo pré-estabelecido. Estes cadernos carregam várias temáticas, uma delas trata-se da Afetividade e Ancestralidade contam a minha história: vivenciando a diversidade. Através de histórias, cantos, músicas, danças, brincadeiras e o experimentar a arte, articulando-se com as Leis 10.639/03 e 11.645/08, como já citadas neste projeto, tem propósito na inserção da história indígena e afro-brasileira no ensino escolar.

Para os educadores, principalmente na situação de pandemia, os cadernos oferecidos promovem uma constante atualização para os profissionais da educação em suas atuações na sala de aula, como a função

de orientar os responsáveis e comunidade sobre as diferenças, a necessidade de abertura para com o outro. Saindo da prerrogativa do tolerar e indo de encontro ao compreender, aceitar ser transformado pelo outro, por conseguinte transformar também afetos.

Em suas práticas consideram a possibilidade de ver o outro para além da estética e que essas questões, evidentemente tratado de uma maneira diferente, iniciado no Berçário. Inserir as crianças nessas dinâmicas desde muito novas, facilita a apreensão futura e a consideração do diferente de si, pois, nessa idade os bebês ainda possuem uma certa liberdade para com a instância moralizadora.

O lúdico é muito presente no processo de ensino e aprendizagem, quando inserido o olhar para questões étnico-raciais, não só trabalham questões históricas e sociais, mas a literatura, a escuta e a percepção do outro estão presentes nesse processo. Em suas atuações os profissionais se desvinculam do olhar eurocêntrico, que tem como pauta a ideia de colonizado e colonizador, a descolonização da educação no espaço institucional. Faz-se importante o caráter de insubmissão a normas e identidades padronizadas, abrindo espaço para identidades difusas, flexíveis e sem a perspectiva de binarismos.

Na creche acompanhada, em seus documentos ocorre a discussão sobre as diferenças englobando as pluralidades, na extensão do caderno possui indicações de materiais extras e de apoio, trazendo figuras de representatividade, no qual, é muito importante principalmente quando essa identidade é pouco representada ou invisibilizada, pelas esferas sociais.

Na representação buscam pessoas que estão inseridas na religião afro-brasileira, o que remete também ao diálogo sobre religiões e o preconceito envolvido, mesmo que de forma sutil. Bebês e crianças participam de atividades como ao exemplo da ciranda, desenvolvendo a motricidade. Buscam a referência na literatura, que discutem não só a questão do racismo, como a religiosidade, a representação a partir de autores/as negros/as ou em histórias que são eurocentradas, tendo como personagem fora do padrão eurocentrado, viabilizando as crianças que podem ocupar espaços, independente de características identitárias.

A musicalidade, como outro tipo de linguagem e comunicação, fazem parte do processo educacional do ser humano, ampliando olhares e entregando novos significados e repertórios. As atividades no centro de referência, tem-se na descoberta de novos ritmos como Amawole, coco da lavadeira e músicas do congo. A ancestralidade se faz muito

presente, buscando espaço para o reconhecimento e historicidade seja de conquista e/ou lutas que ainda persistem, convidando as crianças a participarem de brincadeiras tidas na infância na África. Desconstruindo assim, moldes de referências/estigmas, do qual são introjetadas em nós desde muito jovens, de signos e significantes a pessoas, lugares, situações, mostrando que a moral vigente pode engessar olhares, consciência de si e do outro, com uma máscara da plasticidade de que há tão somente os extremos, negando o que está no meio disso, negando processos.

As atividades de conscientização saem das paredes das escolas e alcançam a parte externa, com passeios e atividades educativas. Com isso, observamos a importância da participação em locais que de fato trabalham e valorizam a multiculturalidade e igualdade racial, isso pode se estender a outras esferas institucionais, políticas e sobre o Estado. Abdicar dessa atenção, é compactuar com moldes que cerceiam indivíduos e os desqualificam por não se encaixarem no dito normal.

A valorização de espaços como este, adere potência no campo social, como espelho para práticas em outras escolas, de atuação de profissionais da educação, como a participação dos responsáveis e pais nesse processo educativo de sujeitos políticos. Mas para isso as figuras de referências, professores e comunidade escolar precisam estar abertos para essa mudança, tendo em vista que nenhuma educação pode ser vista e concebida no campo da neutralidade.

3.2 Ações que possibilitam o fortalecimento do autoconceito de alunos e alunas através diversidade cultural

Na entrevista aplicada a gestão da escola identificamos uma gestão democrática que está na escola há exatos 4 anos. A gestão se mostrou democrática por enfatizar em diversos momentos que as decisões e escolhas dentro da escola sempre são tomadas no coletivo, com a participação de todos.

A gestão explica que a escola se propõe a fazer um trabalho que não seja cristalizado e nem estigmatizado dentro do espaço escolar, também deixa claro que a escola não adere apenas ao mês de novembro para discutir sobre o tema. O antirracismo é algo que perpassa todo o planejamento escolar, faz parte do PPP e do próprio currículo escolar, no intuito de fortalecer essa identidade em cada criança, através de posturas e atitudes.

“Atividades que elas possam se reconhecer nas histórias, nas brincadeiras, nas imagens que a gente procura trabalhar com elas. Buscando não somente crianças com características indígenas, mas crianças especiais, crianças negras. Então a gente procura trazer isso pro cotidiano, inclusive observando, conversando com os educadores sobre esse respeito” (Gestora).

Vemos uma gestão preocupada com as crianças em todos os aspectos, construindo um ambiente de diálogo, respeito e inclusão com as crianças.

Existe um cuidado com o cabelo das crianças pretas, desde a forma como vai pentear esse cabelo até a hidratação, enfatizando pras crianças que as belezas são diferentes e diversas, rompendo com o estereótipo eurocêntrico existente.

Quando questionado sobre a intervenção da família sobre esse tema, é relatado que houve/há uma preocupação constante das mães com as crianças na escola.

“Esse ano mesmo houve mãe que pediu para ter cuidado com o cabelo, porque se preocupa em fortalecer essa identidade. Então na hora de molhar, a forma de pentear, o pente ideal. Tem muitas demandas que as famílias se preocupam e passam pra gente né? E outra coisa que as famílias percebem é que já se sentem representadas” (Gestora).

A participação das famílias em todo esse cuidado com as crianças é extremamente importante, mas obviamente existem pais que questionam algumas atividades por conta da religião e a gestão conversa, explica no que está previsto na legislação e no projeto político pedagógico da escola, e que a criança vai ter acesso a todas essas informações. Alguns pais até enfatizam que não existe racismo no Brasil, e mesmo assim a gestão e o corpo escolar consegue conversar com esse pai e não deixa de aplicar nenhuma atividade.

A gestão enfatiza brincadeiras que existem no ambiente escolar referente a história do povo preto, como capoeira, brincadeiras com ritmos afro, cirandas, enfatizando sempre que não só em um determinado período mas em diversos momentos no ambiente escolar. Muitos desses elementos são usados nas rodas de “bom dia” e “boa tarde”.

A gestão se preocupa com as questões que as crianças trazem para escola, e compreende que a partir de atitudes e gestos com as crianças

é o que vem trazendo essa autonomia e reconhecimento de si. Além das brincadeiras que fazem parte de todo o cotidiano da educação infantil, e sempre tendo o cuidado de saber que tipo de história e imagem está sendo apresentada a essas crianças.

4. METODOLOGIA

A pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivo de uma pesquisa descritiva, que busca um aprofundamento das questões de um grupo, coletivo, organização social,. Nesta pesquisa não se quantifica valores, símbolos, pois, abarca em dinâmicas e relações sociais que estas podem ser vistas por diferentes aspectos (Gehartdt.; Silveira, 2009).

Quanto aos procedimentos técnicos, inicialmente foi feita uma análise documental de um caderno sobre o tema projeto, elaborado pela escola, que nos dará abrangência sobre as atividades que aconteceram e que são pertinentes ao tema. Além de “produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos” (SÁ SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2209, p.15).

O outro procedimento técnico utilizado para coletar informações foi a entrevista semiestruturada, segundo Gehartdt e Silveira (2009), consiste em uma roteirização das questões da temática em voga, proporcionando uma atitude mais easy going por parte do entrevistado, levando a uma fala solta e de um alargamento dos questionamentos propostos. Devido a pandemia do COVID-19 as entrevistas ocorreram todas pela plataforma do Google Meet. Os sujeitos da nossa pesquisa serão a gestora e a coordenadora da escola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe um longo mas esperançoso caminho de abertura a discussões em sala de aula sobre as temáticas raciais, pluralidade cultural e identidades. As redes sociais possuem um forte papel no entendimento e alcance de discussões, debates, críticas e trocas. Negar a importância dessas questões é dar vazão à negação de si e do outro, pois quem ignora a diferença, ignora também o autoconhecimento e a oportunidade de assumir seus lados não tão virtuosos assim. A educação somente emancipa quando legitima, escuta, abraça e acolhe as diferenças, e somente

por via da assunção do estranho, do desconforto, que mudamos e reconhecemos a necessidade da diferença para novos olhares, des-leituras do real e instâncias/aparatos da subjetivação e do poder criador.

Na gestão democrática, dimensiona-se o respeito pela comunidade escolar e pelos seus sujeitos, atribuindo autonomia, valorização docente, descentralização de poderes, controle social, transparência (em termos de competências e rendimentos das ações e dos recursos), e demais dimensões que abrem portas para o acolhimento e aceitação de diversidades culturais.

Nessa pesquisa, foi possível compreender que uma gestão democrática é coletiva, quando ela se alimenta e se sustenta de todos os elementos culturais da comunidade escolar, de maneira que os debates e as trocas no (e do) espaço escolar encontre espaço para se estruturar e enraizar em solos férteis.

Essa compreensão, portanto, nos conduz aos movimentos de resistência e desconstrução de posturas e ações assumidas em relações autoritárias, as quais ainda se estabelecem no âmbito escolar, não permitindo o pleno desenvolvimento da comunidade e impactando negativamente o processo de escolarização, uma vez que é essa postura a responsável pela limitação de espaços onde seja acolhido o olhar crítico, o discutir, questionar, pensar e/ou fazer parte dos processos criativos. Além disso, inibe o senso de participação, comprometimento e afetividade nas relações, que segundo Freire, traz sentido pleno para a nossa relação com a educação.

Sabemos que é papel da gestão a promoção e valorização de práticas que respeitem às diferenças, inclusive raciais, de maneira que estas não sejam postas para atender às demandas de interesses particulares, mas do coletivo. E nesse quesito, percebemos uma ausência importante de atividades que estivessem voltadas para a população negra ou indígena dentro do ambiente escolar, ou até mesmo para a naturalização de manifestações racistas, o que nos faz refletir sobre o “visível o mito da democracia racial, dificultando o desenvolvimento de ações nesse sentido.” (GARCIA-FILICE, 2011, p. 197).

Em termos práticos, percebemos que existe uma gestão preocupada com as crianças em todos os aspectos, com um ambiente dialógico, acolhedor, respeitoso e empático. O cuidado com o cabelo das crianças pretas, desde a forma como vai pentear esse cabelo até a hidratação, por exemplo, enfatizando pras crianças que as belezas são diferentes e diversas, rompendo com o estereótipo eurocêntrico existente, aponta para

um dos comportamentos elementares de inclusão e apoio à representatividade e pertencimento/

Na análise documental dos cadernos, percebemos a ancestralidade, musicalidade e outras diversas formas de comunicação, que vivenciam a diversidade, dando um mergulho profundo em histórias, memórias, contos e danças, representando assim práticas inspiradoras de desconstrução de moldes e estigmas que engessam a nossa compreensão sobre o lugar do negro e indígena.

As atividades de conscientização saem das paredes das escolas e alcançam a parte externa, com passeios e atividades educativas. E com isso, observamos a importância de trabalhar a valorização e multiculturalidade/igualdade racial, estendendo-a a outras esferas institucionais e políticas.

Se faz necessário reforçar e ampliar essas discussões sobre a atenção merecida do assunto, de maneira que não compactuemos com moldes que cerceiam indivíduos e os desqualificam por não se encaixarem no dito normal. A valorização de debates que trazem essa temática e de espaços como esse, que aderem potência no campo social, como espelho para práticas em outras escolas, de atuação de profissionais da educação, como a participação dos responsáveis e pais nesse processo educativo de sujeitos políticos. Mas para isso as figuras de referências, professores e comunidade escolar precisam estar abertos para essa mudança, tendo em vista que nenhuma educação pode ser vista e concebida no campo da neutralidade.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, Terezinha; MACIEL, Regimeire Oliveira. Racismo e educação: um conflito constante. **Contemporânea**. ISSN: 2236-532X v. 5, n. 1 p. 191-205 Jan.–Jun. 2015.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira; DAMETTO, Jarbas. n. 17 - 30 anos do princípio de gestão democrática do ensino: o que temos para celebrar?. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S.l.], v. 12, set. 2018.

GARCIA-FILICE, R. C. **Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: a importância da cultura na implementação de políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

GEHARTDT, T. E.; SILVEIRA, D.T [organizadores]. Métodos de Pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1º ed. 2009.

KACZMAREK, Marília Dalla Vecckia; SANDINI, Sabrina Plá. Mudanças curriculares após a lei 10.639: uma possível alforria da história e cultura afro-brasileira e africana. **Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade de Guairacá**, v. 02, ed. 01, Paraná, p. 104-122, jul. 2010.

MOURA, Dayse Cabral de. O processo de implantação da lei 10.639/2003 práticas discursivas na educação de jovens e adultos: reflexões sobre a construção de identidades étnicoraciais. In: AGUIAR, Márcia Ângela da S. (org.); SISS, Ahyas; OLIVEIRA, Iolanda; AZEVEDO, Janete Maria L., [et. all]. **Educação e diversidade: estudos e pesquisas**. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009. Volume 2.

RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. Educação das relações étnico-raciais e gestão educacional. In: **XV Simpósio Brasileiro e II Simpósio IberoAmericano de Política e Administração da Educação: construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas**. ANPAE, São Paulo, SP, 26 – 29 de abril/2011.

Sá Silva, J. R.; Almeida, C. D.; Guindani, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano. I, n.I, jul. 2009. p.15.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.25, n.03, p.123-140, dez. 2009.

SOUZA, Katiane Cibele de; SANTOS, Rebeca Bandeira dos; CABRAL, Dayse Moura. **A disciplina educação e relações etnicorraciais no brasil e as implicações para a formação do (a) pedagogo (a) da UFPE**. V CONEDU.

APÊNDICE

MODELO DO QUESTIONÁRIO ENVIADO

Essas são questões referentes a pesquisa com o tema foi “O Papel da Gestão na Educação Antirracista: a práxis na Educação Infantil” e tem por objetivo geral verificar as atividades propostas pela gestão que reconhecem, afirmam e estabelecem a Lei 11.645/08 no ambiente escolar. Para alcançarmos nosso objetivo analisaremos o caderno “Afetividade e ancestralidade contam a minha história: vivenciando a diversidade” elaborado pela creche durante a pandemia do COVID-19, e também estamos realizando esse questionário com a gestão e coordenação da escola. Por isso solicitamos as respostas de vocês até o dia 29/08/21. Agradecemos desde já a participação.

1. Quanto tempo você atua na Gestão ou Coordenação?
2. Você conhece a Lei 11.645/08?
3. Na aplicação da Lei 11.645/08, como se dá na prática?
4. Houve ou existe algum tipo de intervenção da comunidade e/ou familiares sobre este assunto?
5. Tendo em vista a necessidade de reconhecimento do “novo” como acontece esse choque entre cultura escolar e a cultura dos discentes?
6. Quais são as maiores dificuldades e/ou facilidades encontradas para aplicação da Lei no espaço escolar?
7. Nos conteúdos curriculares, como essa temática aparece? é discutido sobre? ou somente tratado a questão da consciência negra e não se volta a tratar mais sobre o assunto?
8. O que você compreende como papel da gestão para a efetivação da Lei 11.635/08?